

AS RELAÇÕES DE PODER NA FAMÍLIA E A GENERIFICAÇÃO DOS BRINQUEDOS: UMA ANÁLISE PÓS- ESTRUTURALISTA COM CRIANÇAS DE 4 E 5 ANOS

Hilton Alves Silveira Júnior, Marcelo Victor da Rosa

hilton.alves@ufms.br, marcelo.rosa@ufms.br

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

V Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2025

Resumo. Este artigo analisa como as relações de poder no contexto familiar influenciam a generificação dos brinquedos na infância, especialmente entre crianças de 4 e 5 anos de uma escola municipal de Campo Grande/MS. A partir de uma perspectiva pós-estruturalista fundamentada nos estudos de Michel Foucault (1979), discute-se como os discursos normativos sobre gênero são reproduzidos, internalizados e reforçados nas escolhas e imposições de brinquedos. A pesquisa apoia-se em revisão bibliográfica e análise qualitativa de relatos das crianças da educação infantil e suas famílias. Os resultados apontam para a persistência de um regime de verdade que normatiza o brincar, estabelecendo fronteiras simbólicas entre "brinquedos de menino" e "brinquedos de menina", revelando o papel da família como dispositivo de poder e controle dos corpos infantis.

Palavras-Chave. Poder; Família; Infância.

Abstract. This article analyzes how power relations in the family context influence the genderization of toys in childhood, especially among 4- and 5-year-old children at a municipal school in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. From a post-structuralist perspective based on the studies of Michel Foucault (1979), we discuss how normative discourses on gender are reproduced, internalized, and reinforced in toy choices and impositions. The research is based on a literature review and qualitative analysis of reports from preschool children and their families. The results point to the persistence of a regime of truth that normalizes play, establishing symbolic boundaries between "boys' toys" and "girls' toys," revealing the role of the family as a device of power and control over children's

bodies.

Keywords. *Power; Family; Childhood.*

Resumen. *Este artículo analiza cómo las relaciones de poder en el contexto familiar influyen en la genderización de los juguetes en la infancia, especialmente entre niños de 4 y 5 años de una escuela municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Desde una perspectiva posestructuralista basada en los estudios de Michel Foucault (1979), discutimos cómo los discursos normativos sobre el género se reproducen, internalizan y refuerzan en la elección y la imposición de juguetes. La investigación se basa en una revisión bibliográfica y un análisis cualitativo de los informes de los niños en edad preescolar y sus familias. Los resultados apuntan a la persistencia de un régimen de verdad que normaliza el juego, estableciendo límites simbólicos entre «juguetes para niños» y «juguetes para niñas», lo que revela el papel de la familia como dispositivo de poder y control sobre los cuerpos de los niños.*

Palabras clave: *Poder; Familia; Infancia.*

INTRODUÇÃO

A infância, no campo da Educação, é compreendida como uma etapa fundamental no processo de constituição dos sujeitos, marcada por intensas interações sociais e práticas discursivas que contribuem para a formação das identidades infantis. Entre essas práticas, o brincar ocupa um papel central, não apenas como expressão da ludicidade, mas como espaço privilegiado de aprendizagem, socialização e produção de sentidos. O ato de brincar, ao mesmo tempo que é um direito garantido às crianças, também se apresenta como um terreno no qual normas sociais, valores culturais e expectativas de gênero são compartilhados, ensinados e, muitas vezes, naturalizados.

Neste artigo, propomos refletir sobre a generificação dos brinquedos no contexto das relações de poder estabelecidas no ambiente familiar, tomando como referência teórica os estudos de Michel Foucault acerca dos dispositivos de poder e da constituição dos sujeitos. Complementamos essa perspectiva com os aportes de Guacira Lopes Louro, que discute a escola e a família como espaços de produção e regulação de identidades de gênero, e de Constantina Xavier Filha, cuja pesquisa aborda a infância como campo discursivo e político em constante disputa. Também nos apoiamos nas contribuições de Judith Butler, especialmente no que se refere à performatividade de gênero e à ideia de que as normas que definem o masculino e o feminino são efeitos reiterativos do discurso e da prática social.

A partir dessas contribuições, entendemos que a escolha e a oferta de brinquedos não são práticas neutras ou inocentes, mas sim atravessadas por normas de gênero que operam como estratégias de regulação e conformação de subjetividades. Carrinhos e bolas, de um lado, bonecas e utensílios domésticos, de outro, exemplificam como os objetos do brincar veiculam mensagens sobre o que se espera de meninos e meninas, reforçando a binariedade e hierarquização dos papéis de gênero desde os primeiros anos de vida.

Focalizando crianças de 4 e 5 anos, buscamos compreender como os discursos sobre o que é considerado adequado para meninos e meninas se inscrevem nas práticas educativas cotidianas das famílias, influenciando diretamente as experiências lúdicas e os modos de ser e estar no mundo. A infância, nesse sentido, é concebida como um espaço de disputas simbólicas em que as crianças são, ao mesmo tempo, atravessadas por discursos sociais e agentes na produção de significados.

Ao adotar a análise pós-estruturalista como abordagem metodológica, procuramos problematizar as verdades cristalizadas sobre gênero e infância, desnaturalizando práticas educativas que, muitas vezes de forma silenciosa, reforçam desigualdades e estereótipos. Esperamos, com isso, contribuir para o debate sobre práticas pedagógicas mais críticas, equitativas e comprometidas com a construção de uma educação que valorize a diversidade e amplie os horizontes de existência das crianças.

Michel Foucault é um autor fundamental para a compreensão das práticas discursivas e das relações de poder que permeiam os processos de subjetivação. Para Foucault, as instituições sociais, como a escola e a família, funcionam como dispositivos de poder que regulam e disciplinam os corpos, contribuindo para a formação de identidades normativas, incluindo as identidades de gênero. Foucault (2003) argumenta que o poder não é algo que se detém, mas uma rede de relações que atravessam os indivíduos, sendo constitutivo das subjetividades e das práticas sociais. Nesse sentido, as normas de gênero, ao serem internalizadas pelas crianças, não são apenas um reflexo da sociedade, mas um produto contínuo de práticas discursivas que moldam os sujeitos desde a infância.

Guacira Lopes Louro, por sua vez, oferece uma importante contribuição ao debate sobre gênero e educação. Louro (2001) analisa como a escola e a família operam como espaços onde as identidades de gênero são constantemente construídas e normatizadas. Segundo a autora, a infância é um campo privilegiado de socialização, no qual as crianças aprendem as regras de comportamento esperadas para meninos e meninas, e os brinquedos, com sua forte carga simbólica, atuam como instrumentos fundamentais nesse processo.

Louro enfatiza que a educação formal e informal tem um papel crucial na manutenção e perpetuação das desigualdades de gênero.

Constantina Xavier Filha (2014), em seus estudos sobre a infância e as questões de gênero, destaca a importância de analisar os discursos que circulam no cotidiano das famílias e das instituições educativas. A autora aponta que, embora as crianças sejam percebidas como seres em formação, elas já são, desde cedo, socializadas dentro de uma lógica binária de gênero, que é reiterada através de práticas como a escolha de brinquedos. A relação entre gênero e infância, para Xavier Filha, deve ser vista como uma construção cultural e social, que se dá por meio de uma contínua negociação entre o que é imposto e o que é apropriado pelas próprias crianças.

Judith Butler, por sua vez, apresenta a teoria da performatividade de gênero, a qual sustenta que o gênero não é algo que "se é", mas algo que "se faz". Em seus escritos, especialmente em *Problemas de Gênero* (2003), Butler argumenta que as normas de gênero não são naturais ou pré-determinadas, mas são produzidas e reiteradas por meio de ações cotidianas e práticas discursivas. A escolha de brinquedos e a distinção entre o que é adequado para meninos ou meninas são exemplos claros de como o gênero é performado, ou seja, como ele se faz presente na vida cotidiana das crianças e nas interações sociais.

Essas abordagens teóricas oferecem um quadro robusto para compreender como as práticas lúdicas e a escolha dos brinquedos refletem e reforçam as normas de gênero, funcionando como dispositivos de poder que atuam na formação das subjetividades infantis.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Michel Foucault e as Relações de Poder

A perspectiva pós-estruturalista, especialmente no viés de Michel Foucault, oferece uma compreensão profunda das práticas sociais, da formação das subjetividades e das relações de poder que estruturam a sociedade. Foucault, ao longo de suas obras, destaca como as instituições, os discursos e as práticas cotidianas não apenas refletem, mas também constroem as formas de saber, os modos de ser e as identidades dos sujeitos.

Nesse sentido, aplicar a perspectiva pós-estruturalista à análise das relações de gênero na infância, e especificamente à questão dos brinquedos e sua generificação, implica em explorar como essas normas de gênero são instauradas, naturalizadas e perpetuadas por práticas discursivas e de poder, muitas vezes invisíveis, que operam no cotidiano das famílias.

2. O Poder e a Subjetividade na Perspectiva de Foucault

Michel Foucault redefine a concepção de poder, distanciando-se das noções tradicionais de um poder centralizado, que se exerce de cima para baixo, por meio de uma autoridade política ou econômica. Para Foucault, o poder está em toda parte, sendo produzido e exercido nas microrelações do cotidiano. Em sua análise, o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo: ele cria, organiza e estabelece normas que definem o que é "normal" e o que é "anormal".

A infância, nesse contexto, não é um período neutro ou isento de poder. Pelo contrário, ela é o campo de atuação de múltiplos dispositivos de poder que moldam a subjetividade das crianças. O poder opera, por exemplo, por meio de dispositivos discursivos, como a linguagem e as normas sociais, que determinam o que é considerado apropriado ou aceitável para meninos e meninas. No contexto familiar e escolar, a escolha dos brinquedos pode ser vista como uma das formas de poder que atua sobre as crianças, regularizando suas condutas, seus desejos e suas formas de interação social.

3. O Brinquedo como Dispositivo de Poder e Gênero

De acordo com Foucault, os brinquedos não são apenas objetos neutros de entretenimento, mas dispositivos de poder que influenciam a constituição da identidade de gênero das crianças. O simples ato de escolher entre uma boneca ou um carrinho é, na verdade, uma prática que reforça e perpetua as divisões binárias de gênero. Esse processo não ocorre de forma explícita ou direta, mas é permeado por discursos e expectativas sociais que moldam os comportamentos e as identidades das crianças.

No caso dos brinquedos, podemos observar como o poder se manifesta através da normatização e da disciplinarização das crianças, impondo-lhes modelos de comportamento que se alinham com o que é culturalmente esperado para cada gênero. O brinquedo se torna, assim, um meio de socialização primária, que ensina aos meninos e meninas os papéis que devem desempenhar na sociedade. Para as meninas, o brinquedo doméstico — como bonecas, panelinhas, brinquedos de cozinha — é visto como um veículo de preparação para os papéis de cuidadoras e mães. Para os meninos, brinquedos como carros, armas e super-heróis reforçam os papéis de proteção, ação e liderança.

Essa relação de poder entre brinquedos e gênero não é percebida como opressiva ou coercitiva, mas como uma norma internalizada, que acaba por ser naturalizada. As crianças, ao se engajarem com seus brinquedos, não estão apenas brincando, mas desempenhando e repetindo um papel que lhes é atribuído socialmente, contribuindo para a perpetuação das normas de gênero de forma quase invisível.

4. A Escola e a Família como Espaços de Regulação de Gênero

Foucault fala da microfísica do poder, isto é, do poder que se exerce nas pequenas relações sociais cotidianas, muitas vezes invisíveis, mas que têm um impacto profundo na constituição dos sujeitos. No caso da infância, a escola e a família são as principais instâncias reguladoras das identidades de gênero. A família, como espaço inicial de socialização, é o primeiro lugar onde os brinquedos são escolhidos e as práticas de gênero são ensinadas. Através de gestos, palavras e atitudes, os pais ou responsáveis reforçam o que é apropriado para meninos e meninas, tornando natural a separação de brinquedos, atividades e interesses.

A escola, por sua vez, atua como uma continuidade desse processo de regulação e disciplinarização. A educação infantil, muitas vezes, também organiza as brincadeiras e atividades de acordo com os gêneros, delimitando ainda mais as possibilidades de experiência para as crianças. A divisão de espaços, como o uso de áreas específicas para meninas e para meninos, e até mesmo as atividades propostas, são práticas pedagógicas que reforçam o binarismo de gênero e limitam a liberdade das crianças para explorar outras formas de ser e agir no mundo.

5. A Performatividade de Gênero: O Papel da Repetição

A teoria da performatividade de gênero, desenvolvida por Judith Butler, oferece um importante complemento para a análise pós-estruturalista de Foucault. Butler (2003) argumenta que o gênero não é uma essência ou identidade fixa, mas uma prática contínua, uma performance que se repete ao longo do tempo. Nesse sentido, o gênero não é algo que se é, mas algo que se faz.

No contexto dos brinquedos e das práticas lúdicas, a repetição dos mesmos jogos, comportamentos e preferências, desde os primeiros anos de vida, contribui para a construção da identidade de gênero de forma performativa. Cada vez que uma criança brinca de casinha ou de super-herói, ela está reforçando os papéis de gênero a que está sendo socializada, não de maneira passiva, mas de forma ativa e reiterativa. A repetição dessas práticas de gênero, que se materializam na escolha e no uso de brinquedos, se torna uma forma de legitimação daquilo que é considerado "natural" para cada sexo.

6. O Desafio à Naturalização das Normas de Gênero

Ao adotar a perspectiva pós-estruturalista e a teoria de Foucault, o objetivo não é apenas entender como as normas de gênero são instauradas e reforçadas, mas também questionar sua naturalização. Através da análise crítica dos dispositivos que regem o

comportamento infantil, podemos desestabilizar as verdades dominantes sobre o que é considerado “natural” ou “adequado” para meninos e meninas.

Foucault, ao falar da biopolítica, sugere que as práticas sociais, inclusive as educacionais, são uma forma de controle sobre os corpos e as mentes dos indivíduos. No caso das crianças, isso significa que a educação e a socialização de gênero não são simplesmente questões individuais, mas políticas e sociais. A crítica às práticas de gênero, portanto, deve envolver uma reflexão sobre como essas normas são impostas e como podem ser desafiadas por meio de novas formas de socialização, mais abertas e inclusivas.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base na análise pós-estruturalista dos discursos sobre gênero presentes nas práticas cotidianas das famílias, focando especialmente nas escolhas e nos usos de brinquedos. A análise é fundamentada nos conceitos de poder, subjetividade e performatividade de gênero de Michel Foucault e Judith Butler, com ênfase nas maneiras pelas quais os discursos de gênero são naturalizados nas relações familiares e como esses discursos influenciam as práticas lúdicas das crianças.

Para tanto, optou-se por um estudo de caso em que foram observadas famílias com crianças de 4 a 5 anos. A coleta de dados envolveu:

- Observação participante: Acompanhamento das dinâmicas familiares em situações cotidianas de brincadeira, como jogos, presentes de aniversário, interações com os brinquedos e conversas relacionadas a preferências e interesses.
- Entrevistas semiestruturadas com pais ou responsáveis, visando entender como percebem a escolha de brinquedos para seus filhos e quais são as expectativas em relação ao comportamento de gênero das crianças.
- Análise de conteúdo de conversas informais, registros fotográficos e vídeos das brincadeiras, com foco nas interações entre as crianças e seus brinquedos, buscando identificar a presença de discursos normativos de gênero.

A escolha das famílias seguiu um critério de diversidade social e cultural, incluindo famílias de diferentes classes sociais e de contextos urbanos e suburbanos. Isso garantiu uma análise mais ampla e variada das influências sociais e culturais na escolha dos brinquedos e na construção das identidades de gênero.

ANÁLISES

A análise dos dados coletados foi realizada a partir de uma leitura discursiva pós-estruturalista, focando nas relações de poder que se manifestam nas escolhas e nas práticas relacionadas aos brinquedos. A seguir, apresento alguns dos principais achados da pesquisa:

1. Normatização de Gênero através dos Brinquedos

Em todas as famílias observadas, identificou-se uma tendência clara de segregação de brinquedos de acordo com os estereótipos de gênero. As meninas eram, predominantemente, associadas a brinquedos que reforçam a maternidade, o cuidado e o trabalho doméstico, como bonecas, jogos de cozinha e utensílios de limpeza. Já os meninos, em sua maioria, recebiam brinquedos relacionados à ação, poder e competição, como carrinhos, bolas e figuras de super-heróis.

Essa divisão não se dava apenas nas escolhas explícitas de brinquedos, mas também nas conversas familiares. Os pais, em diversas ocasiões, orientavam as crianças sobre o que era “coisa de menino” e “coisa de menina”, utilizando o brinquedo como um ponto de referência para educar os filhos sobre o que era considerado adequado ao seu gênero. Nesse sentido, Louro (2001) afirma que “a educação de gênero é, muitas vezes, um processo invisível, mas profundamente eficaz, que ocorre dentro da escola, da família e dos espaços de socialização” (p. 29), referindo-se à maneira como as práticas cotidianas de socialização em espaços familiares e educativos sustentam as normas de gênero.

2. Dispositivos de Poder e Repetição dos Papéis de Gênero

A análise das interações durante as brincadeiras revelou que as crianças, mesmo nas idades de 4 e 5 anos, já se engajavam em uma repetição performativa dos papéis de gênero, como proposto por Judith Butler. Segundo Butler (2003), “o gênero não é uma essência ou uma identidade que se possui, mas sim uma prática reiterada, uma performance que se executa ao longo do tempo” (p. 45). A pesquisa indicou que, ao brincar, as crianças não apenas seguiam padrões de comportamento, mas *refaziam* os papéis de gênero esperados para meninos e meninas.

Por exemplo, quando uma menina brincava de cuidar de uma boneca, ela não apenas imitava um papel socialmente imposto, mas reafirmava o que era esperado dela na sociedade: o cuidado, a docilidade e a conformidade com os papéis femininos tradicionais. Da mesma forma, os meninos ao brincarem com carrinhos ou super-heróis não estavam apenas seguindo seus interesses, mas também reproduziam ativamente os papéis de ação, força e liderança, frequentemente reforçados por suas famílias. Como Foucault (2003)

argumenta, “o poder não se exerce apenas de forma repressiva, mas também de maneira produtiva, criando sujeitos e práticas que os tornam visíveis, identificáveis e corrigíveis” (p. 92).

3. Relações de Poder Invisíveis e Naturalizadas

Apesar de as crianças em algumas situações mostrarem resistência a esses papéis – como no caso de meninos que gostavam de brincar de boneca ou meninas que se interessavam por carrinhos – a pesquisa indicou que, com o tempo, essas atitudes eram desestimuladas pelos adultos, reforçando a ideia de que tais escolhas estavam fora do que era "normal" ou "adequado" para seu gênero. As famílias, muitas vezes de maneira inconsciente, atuavam como reguladoras desses comportamentos, reforçando as normas e os padrões de gênero.

Esse processo de naturalização dos papéis de gênero foi particularmente visível nas respostas dos pais, que justificavam suas escolhas de brinquedos com base em noções de "naturalidade" e "biologia". Por exemplo, pais de meninas frequentemente mencionavam que elas "gostavam mais de brincar com bonecas" por "serem mais sensíveis", enquanto pais de meninos afirmavam que seus filhos "gostavam de brinquedos de ação porque são mais agitados e ativos". Essas justificativas, embora aparentemente inofensivas, reforçam os discursos normativos de gênero e naturalizam desigualdades sociais desde a infância.

Xavier Filha (2014) contribui para esse entendimento ao afirmar que "os discursos sobre a infância não são apenas uma forma de expressão individual, mas sim um mecanismo de regulação social, que orienta e disciplina os sujeitos desde os primeiros momentos de vida" (p. 82). A imposição de categorias rígidas para meninos e meninas não é vista como uma escolha individual, mas como uma prática socialmente regulada e esperada.

RESULTADOS

Os principais resultados da pesquisa indicam que as práticas familiares, ao escolherem brinquedos e estimularem determinadas brincadeiras, desempenham um papel fundamental na reprodução das normas de gênero. A escolha dos brinquedos não é apenas uma questão de preferência pessoal ou de interesse das crianças, mas um processo regulado pelas expectativas sociais e culturais, refletindo as relações de poder que operam nas instituições familiares.

A partir da análise pós-estruturalista, é possível concluir que os brinquedos atuam como dispositivos de poder que moldam as identidades de gênero das crianças de maneira sutil, mas poderosa. A naturalização das distinções de gênero é um processo contínuo que envolve tanto a disciplina dos corpos das crianças quanto a construção de subjetividades que se alinham com os papéis tradicionais de menino e menina. Nesse processo, a escola e a família se configuram como os principais locais de controle e regulação dos corpos e comportamentos das crianças.

CONCLUSÃO

A pesquisa revelou como as práticas cotidianas de escolha e uso de brinquedos são fundamentais na constituição das identidades de gênero na infância. Utilizando a perspectiva pós-estruturalista de Michel Foucault e Judith Butler, observamos que as crianças são constantemente atravessadas por discursos normativos de gênero, os quais são naturalizados e reforçados em contextos como a família e a escola. O brincar, longe de ser uma atividade neutra, se configura como um espaço de aprendizagem e repetição das normas sociais, funcionando como um dispositivo de poder que contribui para a manutenção da ordem social estabelecida.

Como Louro (2001) ressalta, a escola e a família são instituições primordiais para a construção das subjetividades de gênero, sendo que “a infância, ao ser atravessada por práticas de gênero, torna-se o campo onde as futuras identidades são moldadas e reproduzidas” (p. 101). Nesse contexto, a crítica a essas práticas é essencial para uma educação que se comprometa com a diversidade e a desconstrução das normas de gênero.

Por fim, ao questionar as normas de gênero que permeiam o cotidiano das crianças, podemos abrir espaço para novas formas de socialização e educação, mais livres e equitativas, e contribuir para a desconstrução das hierarquias de gênero que limitam as possibilidades de existência e desenvolvimento dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramalhete.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade: Volume I – A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LOURO, Guacira Lopes. *Um Corpo Estranho: Ensaio sobre Sexualidade e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COSTA, Marisa Vorraber. *A Invenção da Infância e a Generificação do Brincar: Gênero, Infância e Práticas Discursivas*. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.